

“BRINCADEIRA DE CRIANÇA COMO É BOM”: UM ESTUDO SOBRE AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIAS E DE CRIANÇAS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAILZA COSTA NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO.

Manasséis Silvério da Silva Oliveira

Universidade Federal de Alagoas- UFAL/manasearh@gmail.com

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa surgiu a partir das inquietações construídas durante o curso de graduação de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, onde nos foi apresentado à disciplina de Fundamentos da Educação Infantil, no quarto período do curso no ano de 2016, na ocasião realizamos leituras críticas de teóricos da área, tais como Kramer (2000), Aries, (1981), Siqueira (2012), e Haddad (2015), entre outros, levando-nos a sentir a necessidade de aprofundarmos e conhecer quais as concepções dos docentes da educação infantil sobre criança e infância em relação as suas práticas pedagógicas, tendo como campo de investigação o Centro Municipal de Educação Infantil Railza Costa Barros na cidade de Rio Largo-AL. A escolha do campo de investigação partiu de uma experiência de observação proposta na disciplina de Projetos Integradores, no mesmo período acima citado, de realizarmos uma visita a campo para observação da atuação das pedagogas na referida instituição.

Essas questões e inquietações foram suscitadas no decorrer das disciplinas em sala de aula, onde Manuel Jacinto Sarmento em seu artigo “A emergência da Sociologia da Infância em Portugal” (2012), nos sensibiliza para uma observação maior da criança e da infância no Brasil, nos trabalhos de pesquisa de campo desenvolvidos nas disciplinas de Projeto Integradores ao longo de quatro semestres e a disciplina de Educação Infantil, na qual passamos a observar alguns procedimentos metodológicos e didáticos dos professores mediante a educação e o comportamento das crianças nas salas de estudo.

Depois de cursar disciplinas como projetos integradores e a própria disciplina de Fundamentos da Educação Infantil, Alfabetização e Letramento, despertou em nós o interesse sobre a criança e a forma como está sendo posto essa educação para a infância em Rio Largo-AL. Após conhecer alguns teóricos clássicos e contemporâneos sentimos a necessidade de observar como a criança está sendo inserida nesse processo, tendo em vista que a rede pública de educação infantil do município de Rio Largo vem passando por reformulações em sua proposta pedagógica, metodológica e grandes investimentos na área educacional.

Como nos afirma Rego (2013, p.08) “as crianças devem ser consideradas como atores em sentido pleno e não simplesmente como seres em devir.” Nesse sentido, percebemos que as crianças devem ser observadas em suas práticas diárias dentro desses espaços para construção educativa assim como levar em consideração o contexto sócio- cultural dessa criança.

Para Siqueira (2012),

Para muitos autores, falar da infância é falar da criança e vice-versa, como se, ao fim, falassem de tudo. Contrária a essa perspectiva está a afirmação de que criança e infância são interdependentes, já que não é possível deixar de apreender na criança a infância, muito menos de reconhecer que na infância há uma expressão da criança. Mas as duas categorias, se aproximam e se afirmam, também se afastam e se negam e não são as mesmas. Ambas se constituem como categorias históricas e

sociais, mas a criança revela o indivíduo e a infância revela o tempo social e histórico em que esse indivíduo se constitui e constrói sua história. (pág.:01 e 02)

Partindo dessa premissa, consideramos que a criança possui o seu espaço nas sociedades contemporâneas, amparados por dispositivos legais, mas, no entanto, precisamos ainda observar se esses direitos estão sendo efetivados no espaço escolar, garantindo autonomia às crianças pequenas de se desenvolverem integralmente como sujeitos ativos, protagonistas e produtores de cultura. Pois, como Kramer (2000) nos aponta, a infância está voltada a uma categoria social e histórica na qual compreende desde o nascimento aos dez anos de idade, sendo um conceito do mundo contemporâneo, enquanto o conceito de criança nos remete a formação de sujeitos sócio histórico em preparação para a fase adulta dentro das contradições sociais.

Um vídeo em especial, chamado “Crianças Invisíveis”, que teve como atividade assisti-lo e confrontá-lo com todos os artigos publicados na Revista Cultura e Sociologia da Infância (2012), foi de grande valia para determinar que seja esse o caminho que nós queremos percorrer, e irá contribuir para nossa formação como professores e pesquisadores da educação infantil que pretendemos ser.

Diante dessas experiências e considerações, partimos como objetivo geral para compreender quais as compreensões dos conceitos de criança e infância que os professores de Educação Infantil do CMEI Railza Costa Barros esboça em sua prática pedagógica? E como objetivos específicos: Identificar elementos na organização do espaço educacional que definam as concepções de infância e criança dos professores pesquisados; Investigar se as atividades propostas pelos docentes estimulam a autonomia das crianças, desenvolvendo suas próprias áreas de interesse.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para essa pesquisa, optamos por realizar leituras das discussões levantadas pelos teóricos por trazerem uma ressignificação importante ao conceituar o campo teórico da educação infantil, formação docente e os conceitos de criança e infância de modo a contribuir com a fundamentação e epistemologia do objeto a ser investigado, possibilitando uma melhor compreensão dessa temática. O grupo investigado será composto por professores de educação infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Railza Costa Barros na cidade de Rio Largo-AL.

Levando em consideração a pretensão da pesquisa em ouvir os sujeitos pesquisados, optamos por utilizar a Fenomenologia – Hermenêutico como método, pois caminha pelas dimensões reflexivas dos sentidos, da subjetividade dos sujeitos, buscando entender a pesquisa como um processo e não um ato, dando visibilidade e interpretação à voz do sujeito investigado e ao comportamento expressivo e próprio da criança dentro do seu contexto de infância, sob a luz dos conceitos teóricos, clássicos e contemporâneos como: Piaget e Hadadd.

Segundo Gamboa (2014),

Para a fenomenologia, a ciência consiste na compreensão dos fenômenos em suas várias manifestações, na elucidação dos pressupostos, dos contextos nos quais se fundamentam os fenômenos. A compreensão supõe a interpretação, quer dizer, revelar o sentido ou os sentidos, os significados que não se dão imediatamente, razão pela qual necessitamos da hermenêutica, da investigação, do esclarecimento das fases ocultas que se escondem atrás dos fenômenos (p.97).

Logo, a contribuição da fenomenologia será de grande relevância, possibilitando identificarmos as manifestações trazidas pelos sujeitos pesquisados, considerando causas e contextos históricos, sociais e educacionais em que esses sujeitos estão inseridos. Com a abordagem da pesquisa qualitativa podemos ver o objeto em seu processo histórico, evolutivo, consciente como um fenômeno social, político e educacional, permitindo vislumbrar novas

perspectivas sobre o conhecimento em educação infantil, criança e infância, atribuindo sentido ao mundo, à vida e as coisas.

Neste sentido, buscamos pesquisadores com uma abordagem teórica- metodológica etnográfica para uma implicação ampla de natureza epistemológica necessária e fundamental para uma pesquisa participante e de estudo de caso.

Conforme Gamboa (2014), “o objetivo último da pesquisa é a transformação da realidade social e o melhoramento da vida dos sujeitos imersos nessa realidade”. É nesse sentido que buscaremos compreender a realidade vivenciada pelos professores e as concepções que foram construídas e são aplicadas na prática diária no exercício da função de professor e da educação infantil.

Selecionamos como técnica de pesquisa realizar um Estudo de Caso, por permitir um contato direto com os sujeitos investigados proporcionando um conhecimento minucioso devido à complexidade do objeto, sem que haja qualquer interferência, contribuindo com uma clareza para uma análise dos dados coletados, devido a complexidade do objeto.

Para Mazzotti (2006),

A vantagem do estudo de caso é a sua aplicabilidade a situações humanas, a contextos contemporâneos de vida real (Dooley, 2002). Refere ainda que: Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenômeno (p. 343-344).

Para a coleta de dados, empregaremos como instrumento de pesquisa, entrevista aberta semiestruturadas e a observação direta, na qual buscaremos investigar as concepções de infância e de criança colocada pelos professores e como essas concepções estão relacionadas com a prática diária e a própria concepção trazida pelos teóricos. Será aplicada a análise qualitativa dando voz a esse sujeito investigado.

Ribeiro (2008) trata a entrevista como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistados. (p. 141)

Desse modo, será possível fazer uma interpretação da compreensão de infância e criança revelada pelos professores investigados, assim como seus relatos de experiências podendo ser confrontado com o que os autores estudados trazem como contribuição para o projeto. Com isso, será realizada uma análise dos resultados alcançados durante a pesquisa. Considerando que o projeto pretende analisar quais as concepções de infância e criança dos professores do CMEI Railza Costa Barros, iniciaremos os nossos estudos trazendo conceitos científicos de infância e criança como subsídios teóricos que contribuirão para elucidar os determinantes dessas concepções, culminando nas análises a serem desenvolvidas.

Em seu trabalho, “A infância e sua singularidade”, Kramer (2000) define o conceito de infância como sendo algo construído socialmente como uma categoria trazida pela própria história do desenvolvimento humano. Nesse mesmo trabalho, ela diz que essa infância é traduzida pelo período do nascimento aos dez anos de idade traduzindo a história individual do ser humano. O conceito de criança surge como sujeitos sociais e históricos marcados pela contradição da própria estrutura social, tendo como principal característica o ato de brincar.

Segundo Aries (1981), o conceito de criança é algo que foi construído ao longo do processo histórico de desenvolvimento da humanidade, na qual a criança e a infância foram tratadas de maneiras e formas diferenciadas que vai desde o tratamento de pequenos homens, a criança tida como seres santos trazidos pela divindade de suas mães, rompendo com a nudez

infantil trazido pelo “putto”, somente no século XVII o sentimento de infância passar a lentamente se consolidar na Europa.

Esses conceitos e os estudos realizados ao longo da historicidade da humanidade sobre a infância permitiu na contemporaneidade a seguridade e o reconhecimento de dos direitos da criança frente às novas estruturas sociais, pois é direito da criança o acesso a uma educação pública e de qualidade, a prática social, a arte e a vida cotidiana, assim como a saúde e o seu pleno desenvolvimento no anseio do lar familiar.

Esses direitos são assegurados no Brasil, no seu sistema legislativo através da Constituição de 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990¹ e a LDB de 1996, que traz a educação infantil como a primeira fase da educação básica.

Nesse mesmo documento está referenciada a responsabilidade do estado em garantir e assegurar a prestação da gratuidade do serviço educacional em toda a sua estrutura para a sociedade, assegurando a boa qualidade do ensino e sem requisito de seleção, ou seja, a educação infantil é um direito de todas as crianças, devendo o Estado garantirem o acesso em sua totalidade.

Essa mesma diretriz vai definir a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (MEC, SEB, 2010. P.12).

Diante do que está posto pela Diretriz, devemos enquanto educadores respeitar e buscar garantir a formação das crianças respeitando eles como sujeitos de direitos em fase da construção de sua personalidade e identidade pessoal e coletiva.

Continuando nessa premissa, Siqueira (2012) nos aponta que:

O que difere a infância de outros tempos da vida é o fato que a sociedade reconhece a infância como o momento da vida em que o indivíduo deve ser cuidado no sentido biopsicossocial. Neste caso, só faz sentido discutir os processos de desenvolvimento da criança se entendermos que este último passa a ser circunscrito na relação com outras categorias sociais, como gênero, classe social, etnia, religião. Neste sentido, falar em desenvolvimento humano é falar da relação dialética entre natural/biológico-social (p.05).

Percebemos que essa relação e compreensão da criança e da infância em seu sentido amplo em diálogo com as categorias sociais são de suma importância para que as práticas pedagógicas sejam elaboradas, pois se verifica que as crianças demandam anseios, curiosidades e criatividade singular, que demanda dos professores uma formação especial, trabalhando seus olhares e escutas para subsidiar essa relação adulto - criança e do contexto social na qual ela está inserida.

.Como afirma Hadadd (2015),

As Orientações Curriculares para a Educação Infantil aqui constantes muito contribuirão para a adoção de práticas escolares voltadas para o desenvolvimento da criança como um todo, nos aspectos físico, emocional, social, cognitivo e linguístico. HADADD (p. 19).

Percebemos que existe uma grande preocupação voltada para o ensino e a educação infantil e os estágios de desenvolvimento definidos por Piaget, que valoriza a concepção de criança e de infância, permitindo atividades através das brincadeiras e do lúdico desenvolvendo o campo emocional e cognitivo, por exemplo, dessas crianças. O que nos chama atenção nessa relação é de perceber e entender como essa prática está sendo realizada

¹ECA - Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer enfatiza que na educação infantil temos que assegurar os seguintes direitos:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

no contexto escolar, assim como quais as concepções que os profissionais investigados possuem de criança e de infância.

Verifica-se também que o trabalho escrito por Lenira Haddad² se contrapõe as velhas práticas exercidas e as propostas pedagógicas baseadas no modelo tradicional de ensino onde é estruturado no mesmo modelo da educação como preparação para o ensino fundamental. Haddad (2015) afirma ainda que: “O professor é convidado a cultivar novas atitudes para mediar o processo de construção de significados pela criança em relação ao mundo e a si mesma, o que se dá por meio da apropriação de diferentes linguagens”(p. 75). Nessa nova prática pedagógica, a autora ressalta a importância da mudança na prática pedagógica através da elaboração de novos paradigmas que irá permear o exercício das atividades do professor em sala de aula, uma vez que a criança passa a ser enxergada como parte integrante desse processo.

Desenvolvimento e aprendizagem apresentam semelhanças e diferenças, mas ambas as formas de aprendizagem implicam compreensão. A memória automática ou simples memorização não é considerada aprendizagem porque ela não envolve assimilação e compreensão. Para os que comungam da corrente de Piaget a aprendizagem envolve sempre construção e compreensão. A criança que compreende as operações matemáticas, por exemplo, é intelectualmente diferente da criança que apenas memorizou os procedimentos de cálculo.

A mais importante e mais revolucionária implicação da teoria de Piaget diz respeito ao fato de que as crianças constroem o conhecimento a partir de suas ações sobre o meio ambiente. A construção do conhecimento social depende da ação da criança sobre ou da sua interação com outras pessoas. Este tipo de conhecimento não pode ser diretamente transmitido através de palavras ou outros símbolos; ele deve ser construído a partir das ações. O método educacional precisa ser consistente com o modo como as crianças adquirem o conhecimento.

CONSIDERAÇÕES

Quando partimos para a Educação Infantil do município de Rio Largo, foram observado alguns apontamentos de marco conceitual das DCNEIS, como a definição da identidade do atendimento na Educação Infantil, que deverá ser ofertado a crianças de 0 a 5 anos de idade, em instituições públicas ou privadas, como creches e pré-escolas, com proposta pedagógica que reconheça a criança pequena como sujeito produtor de cultura (protagonista), a amplitude das funções sociopolíticas e pedagógicas, a visão da criança como sujeito de direitos, reconhecendo seu papel ativo e cidadão e a indissociabilidade do cuidar e do brincar.

Concebe a infância como parte da vida válida por si mesma e não como simplesmente uma preparação para a fase adulta. A proposta deste documento nasce com pedagogias apropriadas à criança pequena, que acredita na sua competência e direito de participação da construção das infâncias dessas crianças.

Reafirmamos a necessidade de estabelecer a compreensão e o diálogo entre os professores sobre os conceitos de criança e infâncias como elemento plural composto de diversidades e multiplicidades que devem ser respeitadas em suas singularidades.

² Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1979), mestrado em Psicologia Escolar pelo Instituto de Psicologia da USP (1989), doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da USP (1997) e pós-doutorado em Psicologia Social no Laboratório de Psicologia Social da Universidade Aix-Marseille, França (2011). É professora associada da Universidade Federal de Alagoas, pesquisadora associada da Fundação Carlos Chagas, membro do conselho consultivo da Revista Pátio Educação Infantil e líder do Grupo de Pesquisa “Educação Infantil e Desenvolvimento Humano”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFAL. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, currículo, abordagem educativa High/Scope, profissionalismo em educação infantil, políticas integradas de cuidado e educação infantil, pesquisa com crianças, cultura de pares e representações sociais. Foi integrante da equipe do MEC na elaboração das novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e foi autora e organizadora das Orientações Curriculares para a Educação Infantil na cidade de Maceió-AL.

REFERÊNCIAS

- ARIES, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. Zahar. 1981.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Editora: Zahhar. 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Editora Brasiliense. 2007.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 12/10/2016 às 22:10.
- Crianças Invisíveis**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IxmBRrbEhFA>
- GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. 2ª edição – Chapecó- Ed. Argos. 2012.
- GHEDIN, Evandro. FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2ª edição -São Paulo- Editora: Cortez, 2011.
- HADDAD, Lenira. DOURADO, Ana Cristina Dubeaux. **Orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de Maceió** / Secretaria municipal de Educação. – Maceió : EDUFAL, 2015. 271 p. : il, color.
- KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade**. IN: A; EVANGELISTA, A. PAULINO, G; VERSIANIN, Z. (ORG). No fim do século: O jogo do livro infantil e juvenil. Editora: Alcantara/ CEALE, 2000, P. 13 A 23.
- MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>. Acessado em 27/04/2017 às 00h34.
- PIAGET, Jean. **Remarques psychologiques sur l'enseignement élémentaire des sciences naturelles**. In: BUREAU INTERNATIONAL D'EDUCATION. L'initiation aux sciences naturelles à l'école primaire. Genebra: Bureau international d'éducation, 1949c. p. 35-45.
- REGO, Teresa Cristina. **Novas Perspectivas para o estudo da infância**. IN: Revista Educação: cultura e sociologia da infância. São Paulo: Editora Segmento. Revista Educação. 2012.
- RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. **A emergência da Sociologia da Infância em Portugal**. IN: Revista Educação: cultura e sociologia da infância. São Paulo: Editora Segmento. Revista Educação. 2012.
- SIQUEIRA, Romilson Martins. **Do silêncio ao protagonismo: por uma leitura crítica das concepções de infância e criança**. PUC-Goiás. Agência Financiadora: CAPES. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-2442_int.pdf. Acessado em: 03/02/2017 às 22:45.

Manasséis Silvério da Silva Oliveira

Universidade Federal de Alagoas-UFAL/manasearh@gmail.com